

A presente tese analisa ideias e políticas públicas para a alimentação de trabalhadores desenvolvidas por médicos nutrólogos, técnicos e visitadoras de alimentação nas instituições governamentais brasileiras no período de 1939 a 1947. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o desenvolvimento dos saberes científicos sobre os alimentos como uma medida de defesa nacional, salvaguardando as nações de crises de abastecimento, fomes coletivas e revoltas urbanas. No Brasil, ao mesmo tempo em que tradições científicas eram fundadas em Institutos e Universidades, estudos técnicos em nutrição embasavam projetos de mudança social programada e planos de desenvolvimento nacionais e locais em diferentes regiões. A partir da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o governo de Getúlio Vargas deu maior ênfase à industrialização, ao incremento agrícola e à modernização. Simultaneamente, organismos internacionais, médicos nutrólogos e governos locais focavam nas condições de vida, trabalho e alimentação das populações de operários urbanos. Sob a influência desses atores, formou-se uma concepção de intervenção na sociedade via alimentação que se estruturou gradualmente, a partir da compreensão da importância de eventos como as Guerras e o impacto da interação entre a cooperação internacional, a filantropia e a sociedade civil para projetos e ideias em alimentação. Os problemas alimentares dos brasileiros passaram a ser considerados empecilhos à modernização e à industrialização do país, o que possibilitou que políticas públicas para o controle do fenômeno da fome e da desnutrição fossem criadas no âmbito da assistência social varguista. No plano local muitas das vezes o encontro de agendas internacionais e nacionais produziu um rearranjo de forças alterando fluxos migratórios internos e transformando a geopolítica brasileira na década de 1940.